

## ↓ Cartas

### Deficientes

Quero manifestar-me acerca da reportagem que tratou da visita dos representantes do Conselho de Pessoas com Deficiência à Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul. Sou Mara Lúcia de Oliveira, tenho 39 anos, e luto conta a falta de visão desde os três anos de idade. Aos 22 anos fiquei totalmente sem visão. Sou concursada e, desde junho de 2008, estou à frente do Edecon de Santa Cruz.

Além de trabalhar, de morar sozinha, curso o quarto semestre de Direito. Tenho como hobby cantar e fazer apresentações em restaurantes e bares. Para mim, o deficiente não precisa de atenção e sim sair para a rua, mostrar-se, pois, na maioria das vezes, ninguém sabe da existência dele.

É cômodo ficar em casa recebendo um salário mínimo de benefício do INSS, garantido por lei. Mas, enquanto isso, escolas profissionalizantes oferecem vagas para os deficientes fazerem cursos gratuitamente, porém poucos – ou ninguém – participam.

Criticar a atual administração ou as anteriores, pedindo mais atenção, não é o caminho. Basta que se faça cumprir a lei federal. Se isso não ocorre, o Ministério Público está aí. As pessoas têm que exercer sua cidadania.

Muitos ficam em casa bancando o coitadinho, por questão de comodidade, atrás dos seus direitos. O sistema é falho? Com certeza, mas se o deficiente não se mostrar, como o sistema será melhor?

Mara Lúcia Inácio de Oliveira/Funcionária pública

### CPI estadual

Mesmo que esteja mais difícil de ser criada uma CPI estadual, as irregularidades das contas veiculadas pela mídia devem ser investigadas, com urgência, pela Assembleia Legislativa, uma vez que pairam muitas dúvidas sobre as doações de campanha não contabilizadas e não declaradas na forma legal. Nessas doações, supostamente desviadas para proveito próprio, estaria inserida, por exemplo, a procedência dos recursos para a aquisição da casa da governadora.

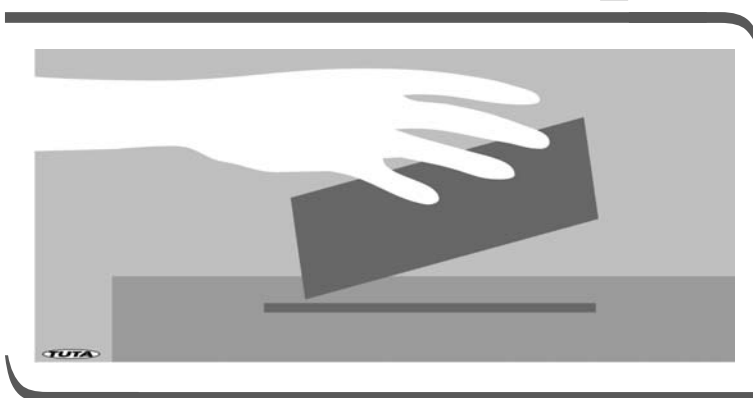
Danilo Guedes Romeu/Professor

# Fim do voto secreto no parlamento

Recentemente o Congresso Nacional apreciou centenas de vetos presidenciais e muitos ainda serão analisados. No dia 6, 952 vetos foram apreciados e todos mantidos. No dia 13, os 95 vetos em análise foram mantidos. Isso não é novidade. Em 23 anos de vida pública não vi um veto sequer ter sido derrubado, com exceção daqueles acordados com o Executivo.

Esse quadro só será alterado após eliminarmos o voto secreto. Caso contrário, continuaremos tendo esse tipo de incoerência. Sim, pois se Câmara e Senado aprovam determinadas matérias e depois não derrubam os vetos presidenciais a essas propostas, algo está errado.

Temos muitas reclamações em relação ao uso abusivo de MPs. Entra e sai governo, todos fazem uso das MPs para legislar no lugar do Legislativo. Atitude que se estende por meio dos vetos. Sabemos o quanto é difícil



aprovar uma matéria. Em geral são anos e anos em tramitação e, quando aprovadas e enviadas para a análise presidencial, são vetadas. Cabe a nós, parlamentares, derrubar ou manter os vetos. Isso independente de partido ou de ideologia. É necessário que todos assumam seus votos, mostrem a seus eleitores como estão agindo.

Em um país democrático, o voto secreto não tem razão de existir. Ele se justificava na

ditadura. Atualmente é dispensável. Digo isso desde meu primeiro discurso como deputado federal constituinte (1987). Foi então que apresentei a PEC que previa o fim do voto secreto em todas as instâncias do Congresso. Quatro mandatos como deputado, vim ao Senado e, como a matéria não havia avançado, rerepresentei-a (PEC 50/06). Ela está pronta para ser votada em plenário.

O fim do voto secreto é mais

evidente em momentos como o atual em que defendemos direitos para aposentados e pensionistas. Ainda neste mês (dia 26) outros 111 vetos considerados polêmicos serão apreciados. Entre eles está o que reajusta as aposentadorias e pensões em 16,67%, índice do reajuste dado ao salário mínimo em 2006 (Veto parcial 17/06 ao PLC 18/06). Matéria essa que estava em uma cédula com mais 211 propostas. Certamente não teríamos a oportunidade de derrubar o veto se ele já tivesse sido analisado. É uma das propostas que tem de ser apreciada em separado. Mais, cada parlamentar deveria declarar seu voto, afinal, precisamos demonstrar que discurso e prática caminham juntos. O voto secreto turva as ações do parlamento e estimula a hipocrisia e a mesquinha.

Paulo Paim/Senador (PT-RS)

# Dia da Liberdade de Impostos

Neste dia 25 de maio, será realizado, simultaneamente, em quatro capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) o evento do Dia da Liberdade de Impostos. Esta data significa que, até aqui, todos os dias trabalhados pelos cidadãos neste ano serviram apenas para pagar impostos. A “comemoração” será feita em um posto selecionado em cada cidade com a venda de gasolina ao preço que custaria sem a incidência de tributos. A diferença será patrocinada pelos organizadores. É uma tentativa promovida pelas organizações Ordem Livre ([www.ordemlivre.org](http://www.ordemlivre.org)) e Instituto Millenium ([www.imil.org.br](http://www.imil.org.br)) de alertar o cidadão para o absurdo de se passar quase cinco meses do ano trabalhando para alimentar a gigantesca e ineficiente máquina estatal brasileira.

O mais grave é que o brasileiro quase nunca sabe quanto de imposto está contido no preço dos produtos que compra. Diferentemente daqui, nos Estados Unidos, o consumidor depara-se sempre com um preço dos

O ideal seria que o cidadão pudesse perceber a quantia dos seus recursos que serve apenas para financiar o governo em cada compra que faz

produtos na prateleira e outro diferente – que inclui os tributos – no caixa. Dessa maneira, ele pode ter a clara noção de quanto do seu recurso dispendido vai para o vendedor e quanto vai para o Estado.

Se deixado na ignorância, o indivíduo não pode questionar, pois não sabe o que acontece com o seu salário depois de sair da sua carteira. Se o preço de determinado produto aumenta, provavelmente reclamará do dono da loja, do supermercado ou do posto de gasolina. Afinal, é para eles que pensa estar entregando seu dinheiro.

O conceito de carga tributária, frequentemente alardeado na mídia, talvez seja complexo demais para a maioria das pessoas. O ideal seria que o cidadão

pudesse perceber a quantia dos seus recursos que serve apenas para financiar o governo em cada compra que faz. A partir daí, ele estaria melhor preparado para decidir se está disposto a contribuir com a situação ou combatê-la.

Aqui no Brasil, muito se fala sobre o mau funcionamento do governo, mas pouco se age para mudar a situação. A falta de reflexão a respeito de como opera e é financiado o Estado pode ser a principal razão para tamanho desleixo do povo com o seu próprio dinheiro. A maior transparência com relação aos impostos pagos em cada compra realizada seria uma excelente maneira de mostrar que, ao contrário do que muitos ainda pensam, governos não são forças místicas

guiadas pela boa vontade dos seus representantes, nem são sustentados por dinheiro que surge milagrosamente nos seus cofres. Todo recurso utilizado pelo governo, seja para pagar benefícios assistencialistas ou viagens internacionais de parentes de parlamentares, sai do bolso do contribuinte.

E nem é preciso tratar aqui da ineficiência do Estado, por querer governar além dos limites que seriam os ideais. Empresa privada nenhuma sobreviveria se fosse mal administrada e esbanjadora como os governos são.

A esperança é que o gostinho de pagar apenas R\$ 1,27 por um litro de gasolina desperte muitos para o combate contra as extravagâncias do Estado, que arrecada muito, faz pouco e mal feito e tira do indivíduo o recurso com o qual poderia fazer bem melhor sozinho.

*\*Mais informações sobre o evento podem ser encontradas nos sites das organizações mencionadas.*

Elisa Lucena Martins/Estudante de Ciências Econômicas - UFSM



**Gazeta do Sul**

Propriedade da  
GAZETA DO SUL S.A.  
Fundada em 26/01/1945  
CNPJ 95.424.834/0001-30

Uma empresa filiada à



Rua Ramiro Barcelos, 1.206  
Caixa Postal 118 | CEP 96.810-900  
Fone: 3715-7800 | Fax: 3715-7863  
Fax/Redação: 3715 7944  
[www.gazetadosul.com.br](http://www.gazetadosul.com.br)

[direcao@gazetadosul.com.br](mailto:direcao@gazetadosul.com.br)  
[redacao@gazetadosul.com.br](mailto:redacao@gazetadosul.com.br)  
[publicidade@gazetadosul.com.br](mailto:publicidade@gazetadosul.com.br)  
[assinaturas@gazetadosul.com.br](mailto:assinaturas@gazetadosul.com.br)

ANDRÉ LUÍS JUNGLUT  
DIRETOR PRESIDENTE

ROMEU INACIO NEUMANN  
DIRETOR SECRETÁRIO

PAULO ROBERTO TREIB  
DIRETOR INDUSTRIAL

RAUL JOSÉ DREYER  
DIRETOR COMERCIAL

JONES ALEI DA SILVA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MARIA ROSILANE ZOCH ROMERO  
CHEFE DE REDAÇÃO

Porto Alegre: Grupo de Diários, Rua Garibaldi 659, sala 102, Bairro Floresta CEP 90035050 - Fone/Fax: 3221 3290-e-mail: [diarios@grupodediarios.com.br](mailto:diarios@grupodediarios.com.br)  
Site: [www.grupodediarios.com.br](http://www.grupodediarios.com.br)

Vera Cruz: Rua Martim Francisco, 72 - Fone 3718-1312  
Candelária: Rua Gaspar Silveira Martins, 893 - Fone 3743-3662  
Venâncio Aires: Júlio de Castilhos, 785 - Fone 3741-2263  
Rio Pardo: Rua Andrade Neves, 918 - Fone 3731-1518

Gazeta do Sul não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados e não devolve originais, publicados ou não.

Artigos e cartas para este espaço devem conter nome completo, profissão e endereço do autor, além de telefone para contato (se possível). O envio pode ser feito por fax (3715 7944) ou pela internet ([angela@gazetadosul.com.br](mailto:angela@gazetadosul.com.br)). O simples envio não garante a publicação.